

CARTA DE GUARATUBA

A Pública - Central do Servidor, através dos delegados que representaram as entidades a ela filiadas, reunidos no período de 1 a 4 de agosto de 2024, na sede social do SINDAFEP localizada na cidade de Guaratuba/PR, vêm a público apresentar a Carta de Guaratuba para expressar as bandeiras de luta construídas durante o **III CONGRESSO NACIONAL EXTRAORDINÁRIO**, cujo tema central foi **“O PAPEL DA PÚBLICA NA ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL E POLÍTICA DOS SERVIDORES PÚBLICOS BRASILEIROS”**.

A Pública, que tem como lema ser um “movimento permanente em defesa da sociedade”, com o intuito de combater a precarização e fortalecer o serviço público como forma de permitir que a União, Estados e Municípios possam entregar políticas públicas e prestar à população serviços públicos de qualidade em todas as áreas, buscando assim alcançar patamares adequados de bem estar social e, ainda, atuar como vetor do desenvolvimento social e econômico do país, aprovou princípios, diretrizes e bandeiras de lutas tendo como base o diálogo democrático entre todos os segmentos de servidores que fazem parte da entidade.

Vários aspectos que envolvem o tema central do congresso e permeiam a atuação da Pública tem uma relação muito estreita com o nível de eficiência e a efetividade dos serviços públicos no País, como por exemplo as ferramentas tecnológicas de trabalho e sua influência na sociedade atual e no “Novo Mundo do Trabalho”, que são fundamentais para a modernização e permanente adequação dos serviços públicos aos padrões atuais, entretanto, com a indispensável e continuada defesa da manutenção e ampliação dos postos de trabalho aos padrões internacionais, e o especial cuidado com a utilização de forma irresponsável da Inteligência Artificial, sob pena da desumanização do setor público.

Organismos internacionais, através de estudos e trabalhos técnicos científicos, apontam para a importância de se investir em contratação de servidores através de concurso público, respeitando todos os princípios democráticos e meritocráticos, bem como da necessidade de viabilizar programas permanentes de desenvolvimento e capacitação técnica para que os Servidores Públicos possam, de fato, se tornar “Operadores do Desenvolvimento” e “Guardiões da Democracia” em nosso País, que infelizmente possui somente 12% de sua força de trabalho no setor público, enquanto nos países mais desenvolvidos do mundo essa média supera os 20%.

Para garantir a conquista deste conjunto de medidas, é imprescindível que tenhamos no âmbito das instituições públicas, incluindo os poderes Legislativo e Judiciário, uma correlação de forças entre os organismos que de um lado defendem os interesses da população e os direitos e garantias dos servidores públicos, e os organismos que de outro lado defendem a supremacia do capital sobre o interesse público.

O Sindicalismo no Brasil representa um grandioso aparato na luta pelas questões sociais e de cidadania que afetam toda a sociedade, sobretudo a população com menor poder aquisitivo, como o ensino público de qualidade, a segurança, os serviços de atenção à saúde prestados pelo SUS, a constante defesa dos direitos humanos e o combate a todas as formas de opressão, discriminação, violência e assédios, garantia de um salário-mínimo de acordo com os parâmetros apontados pelo DIEESE, programas de garantia de renda mínima e tantas outras bandeiras que fazem parte das propostas de ação da Pública Central do Servidor.

É indiscutível a importância do funcionalismo público e o sindicalismo na defesa da democracia e dos direitos comuns a todos os brasileiros. Porém, muitos são os obstáculos estruturais à ação sindical, sobretudo quando se trata de conquistar direitos e garantias aos servidores públicos e, principalmente, quando temos pela frente um enorme e articulado projeto de desconstrução e ocupação do setor público pelo setor privado e, com a conivência de políticos mal intencionados, da escancarada escalada das livres nomeações políticas que transformarão o Brasil no país da rachadinha.

As "Pautas Reformistas" como a reforma trabalhista, a reforma administrativa e uma nova reforma da previdência, impostas pelo setor financeiro e setor produtivo e as suas bancadas de representação nas casas legislativas, buscam fragilizar os servidores públicos e precarizar o serviço público de forma a permitir um avanço acelerado dos interesses privados em prejuízo do interesse da população.

E neste contexto, é primordial e urgente que a Pública Central do Servidor juntamente com as Federações, as Confederações e os Sindicatos e Associações que representam servidores públicos, se unam num objetivo maior de estabelecer uma frente articulada politicamente e institucionalmente para lutar pela preservação e conquista de direitos e garantias para os servidores públicos e a recuperação de direitos injustamente perdidos que trouxeram enormes prejuízos, como é o caso da taxa previdenciária de servidores aposentados e pensionistas, a perda da paridade e integralidade e, ainda, as duríssimas regras para a aposentação que estão obrigando trabalhadores a trabalhar praticamente até a morte.

Por fim, as entidades participantes deste Congresso reafirmam seu apoio à Pública - Central do Servidor e conclamam os demais Sindicatos e Associações a se filiarem a essa Central Sindical, que possui em sua base exclusivamente entidades representativas de servidores públicos, e que é integralmente comprometida com o fortalecimento do serviço público, de seus trabalhadores e pela constante luta contra os avanços e ataques aos quais estamos sendo constantemente submetidos, inclusive pelos meios de comunicação.

Guaratuba, 4 de agosto de 2024

PÚBLICA CENTRAL DO SERVIDOR